

Ata da 253ª. sessão do Conselho de Ordem dos Advogados, seção de Pernambuco.

Nos cinco dias do mês de julho de mil novecentos e cinquenta cinco, pelas dezesseis horas, reuniu-se extraordinariamente, na sala número trinta e quatro do Palácio da Justiça, nesta cidade do Recife, o Conselho da Ordem dos Advogados, seção de Pernambuco, sob a presidência do doutor José Cavalcanti Neves, vindo como primeiro secretário ad-hoc o doutor Augusto de Souza Bague e como segundo secretário o doutor Luiz Rafael Bayn, presentes ainda os Consoceiros doutores Carlos Martins Moreira, Fernando Mendonça, Adauto José de Melo, Gustavo Paasgauz, Sabosa de Almeida, Rodolfo Araújo, Mário Neves Batista e Sérgio Higino Dias dos Santos. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata referente à sessão anterior. Constatou o expediente da leitura de um telegrama do advogado João Coutinho da Costa Pereira denunciando arbitrariedades do delegado de polícia de Salgueirina que impediam o livre exercício da profissão, ficando deliberado a respeito se remetesse cópia ao Senhor Secretário da Segurança Pública; de uma carta do doutor Júlio José Bezerra em agradecimento ao doutor Augusto Bague as homenagens que prestou, em nome da Ordem, por ocasião do falecimento do doutor Luiz de Siqueira Bezerra; do ofício 176-1B do Conselho Federal da Ordem dos Advogados remetendo a publicação oficial do relatório atinente às atividades da Secretaria Geral no exercício próximo findo; de um ofício do Prefeito Municipal de Paulista pleiteando o pronunciamento deste Conselho contra a reclassificação



da entrada daquela Comarca, conforme foi sugerido pelo Egrégio Tribunal de Justiça; de um ofício do Conselho Federal da Ordem remetendo a publicação oficial das recentes alterações do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, e em como cópia da indicação de comissão que se pronuncie sobre a legalidade da reforma regimental unificada. Veda a relevância do assunto relativamente aos interesses dos advogados em geral, o Senhor Presidente designou os doutores Torquato de Castro, Elário Batista, Rodolfo Araújo e José Paulo Cavalcanti para, em comissão, sob a presidência do doutor José Cavalcanti Neves, apreciarem a matéria. Passando-se à ordem do dia, foram aprovados os seguintes pareceres da Comissão de Sindicância: pela inscrição definitiva, no quadro de advogados, do bacharel Ozias Buegas, com impedimento de advogar contra a Fazenda Pública Estadual; pela inscrição provisória, no quadro de advogados, dos bacharéis Elio de Moraes Rabêlo, Clóvis Valença Alves, Itamar Pereira da Silva e Paulo Sedorosa de Oliveira Neto, em impedimento; Antônio Luiz Lima de Barros e Celópidas Holanda de Azevedas Galvão, com impedimento contra a Fazenda Pública Federal; Lúcio da Silva, com as proibições constantes do artigo 10, inciso IV, do Regulamento da Ordem, modificado pela lei número 510, de 22 de setembro de 1937; pela inscrição por transferência do bacharel Cláudio de Melo Cavendish, com os impedimentos previstos no artigo 11, inciso IV, do Regulamento da Ordem, modificado pela lei número, digo, decreto-lei 3.063, de 19 de fevereiro de 1941; pela transformação de inscrição provisórias em definitivas dos bacharéis Josival Alves Barreto, ~

Luiz Gomes da Rocha e Manoel Gonçalves de Lima
Silva; pelo cancelamento de impedimento contra a
fazenda na inscrição do bacharel Renato Evaristo
de Cruz Gouveia, e do impedimento contra a fa-
zenda municipal do Recife na do bacharel Wandenkolk
Nunes de Souza Wanderley, e ainda pelo cancelamento
do impedimento contra a Fazenda Federal e Estadual,
permanecendo o impedimento contra a Fazenda mu-
nicipal, relativamente à inscrição do bacharel João de
Godoy Vasconcelos; pela anotação na carteira do bacha-
rel Fernando Leite de Barros Lima, dos impedimentos
constantes do artigo 11, número 4, do Regulamento da
Ordem; modificado pelo decreto-lei 3063, de 19 de
fevereiro de 1941; pelo indeferimento de transformação
em definitivas das inscrições provisórias dos bachareis
Luiz Carlos Barbosa Lima e José Elário Neves Freire,
em virtude de requerida após esgotado o prazo;
relativamente aos pedidos de provisão de solicitador
dos bacharclaudos Sérgio Dieppo e Antonio Esteres,
ponderando quanto aos dispositivos do artigo 13, nú-
mero 2, do Regulamento da Ordem e do decreto-lei
9.442, de 10 de julho de 1946, que alterou a redação
do artigo 161, do decreto-lei número 1.187, de 4 de abril
de 1939. Em seguida, foi lido e discutido o parecer
da Comissão encarregada de examinar a proposição
do então Conselheiro Professor Barreto Campelo, no
sentido de que fosse adotada pelos órgãos com-
petentes a praxe do preparo dos recursos perante
o Supremo Tribunal Federal e Tribunal Federal de
Recursos, ~~em~~ feito nos juízos originários, bem assim
o dos Tribunais de Justiça nas comarcas do Interior.
O parecer, relatado pelo Professor Elário de Souza,
adverte que só uma reforma constitucional pos-

possibilitaria a primeira hipótese; quanto à segunda, seria viável na oportunidade com a reforma do Regimento de Custas que tramitava na Assembleia Legislativa, mas inconveniente sob vários aspectos; conduziu o trabalho por afirmar que a providência de caráter geral capaz de resolver definitivamente o problema seria eliminar de todo a cobrança de custas dos remessos, na segunda instância. Esta conclusão foi aprovada contra os votos, em parte, dos conselheiros Talosa de Almeida, Gustavo Paaspaus, Elairio Batista e Rodolfo Araújo, e contra o voto do Conselheiro Fernando Mendonça. Por propostas dos Senhores Conselheiros foram unanimemente aprovados votos de pesar pelo falecimento do desembargador Eldeir Corrêa, do advogado doutor Luiz de Franca Bezerra, antigo membro do Conselho, Bartolomeu Anacleto, Itamar Elorais e Silva Coelho, e do jornalista e solicitador Carlos Rios, fazendo-se disso comunicação às suas famílias. Encerrada a sessão, lavei a presença até que seria assinada pela Mesa depois de lida e aprovada.

Frei Cavalcanti Almeida - Pres.
 Fernando Albuquerque - 1º Sec.
 Luiz Ruy - 2º Secretário